

**Vanilda Pereira Paiva. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Fortaleza: Edições UFC, 1980. 2ª edição Rio de
Janeiro: Graal, 2000.**

Nos capítulos iniciais reúne alguns textos produzidos para o doutorado em sociologia defendido na Alemanha e outros publicados originalmente na revista *Síntese*, editada pelo IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, procurando demonstrar que a pedagogia de Paulo Freire deve ser entendida a partir do movimento de idéias que caracterizou os anos de 1950 no Brasil, notadamente a ideologia do nacionalismo-desenvolvimentista. Na Introdução apresenta o momento histórico e o contexto político que deram origem à experiência de Angicos, inclusive a ação da Aliança para o Progresso.

No Capítulo I – “A síntese pedagógica ‘existencial-culturalista’ como tradução do isebianismo”, explora as obras iniciais de Paulo Freire no período 1950-1960, referida aos trabalhos correntes no período sobre a filosofia da existência e o “culturalismo político”, sobretudo expresso pelos que designa como “isebianos históricos”: Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Vieira Pinto e outros, ao lado de outros autores citados por Paulo Freire, sem esquecer Gilberto Freyre e Anísio Teixeira. Relaciona esta produção com os pensadores católicos também influentes, Maritain e Mounier principalmente, destacando entre eles Pe. Henrique de Lima Vaz, filósofo jesuíta que teve influência decisiva no mesmo período, sobretudo entre os jovens católicos, mostrando sua influência no pensamento freireano.

No Capítulo II – “A sociologia pragmática e a pedagogia da libertação”, mostra a aproximação de Paulo Freire, principalmente no livro *Educação como prática da liberdade*, com Karl Mannheim cujas obras marcaram o pensamento brasileiro desde os anos de 1940. Essa seria a fonte da proposta de “educação para a mudança”, a partir da formação dos indivíduos conscientes e participantes e a formação de grupos de base ativos. Viriam daí os grupos de debates que Paulo Freire criou no bairro de Casa Amarela, os centros de cultura do MCP – Movimento de Cultura Popular do Recife, assim como os círculos de cultura do “método de alfabetização”.

O Capítulo III – “Conscientização e populismo”, discute um dos pontos mais controvertidos não só da ação de Paulo Freire como de vários outros movimentos de cultura e educação popular do período: a relação democracia e autoritarismo. Para isto retoma a proposta isebiana, que designa como “populismo indutivista”, criticada por Pe. Vaz imediatamente após a publicação, em 1960, do livro *Consciência e realidade nacional*, escrito por Vieira Pinto, e mais tarde por Maria Sylvia Carvalho Franco. Em particular, discorda da afirmação de Francisco Weffort, na apresentação à *Educação como prática da liberdade*: “a teoria de Paulo Freire não teve de esperar ‘que o exílio do autor lhe permitisse um esforço de sistematização’, com se o método Paulo Freire não fosse, desde o primeiro momento, informado por uma teoria ou como se esta fosse sendo esboçada ao mesmo tempo que o método” (p. 143). Vanilda defende que essa teoria estava sistematizada desde a primeira obra de Paulo Freire, *Educação e atualidade brasileira*, de 1959. Este é o capítulo mais crítico do livro sobre o pensamento de Paulo Freire. Embora tenha sido contestado por Paulo Freire e repudiado pelos seus seguidores, sua leitura é importante, pela cuidadosa varredura que faz da “história das idéias” de um período imensamente rico, embora em muitos pontos contraditório, da sociedade brasileira.